



Ministro da Economia e Finanças interage com membros do Conselho Directivo Alargado da AT

O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane trabalhou, na semana finda, na Autoridade Tributária de Moçambique, com vista a se inteirar do decurso das actividades desta instituição, responsável pela colecta de receita, que por lei é de sua tutela.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fénias Zimba

REDAÇÃO
Natércia Manhenje, Fénias Zimba, Ricardo Nhandumbo, Helmano Nhatitima, Henrique Cossa

COLABORAÇÃO
Haydn Joyce, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemusse, Elísio Massangaie

REVISÃO
Bernardino Manhaussane

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Nesta deslocação, Maleiane reuniu-se com os membros do Conselho Directivo alargado da AT, onde, de entre vários assuntos apontou alguns desafios que devem constituir prioridade para a instituição, nomeadamente: Arrecadação da Receita para a Sustentabilidade Orcamental vs Redução do Défice Orcamental, Reflexão do IVA vs Gestão de Reembolsos, bem como a Gestão das Receitas Próprias e Consignadas.

No que tange ao IVA, Maleane exortou a AT a reflectir, não apenas no processo de cobrança, mas também, no que tange a taxa aplicada ser ou não a mais adequada, tendo em conta o contexto nacional e regional, e em que medida se pode ter um IVA mais eficiente e menos trabalhoso e, que acima de tudo, não traga despesa para a instituição.

Fazendo juz as recomendações do ministro, Amélia Nakhare, a quando do seu discurso de abertura no retiro da DGI, realizado recentemente em Moamba, frisou que as recomendações deixadas



Adriano Maleiane
Ministro da Economia e Finanças

Amélia Nakhare
Presidente da Autoridade Tributária

pelo timoneiro da Economia e Finanças devem ser amplamente discutidas de modo a constar como prioridade nas acções da instituição.



Em Maputo

AT participa na Conferência sobre “Economia Pública para o Desenvolvimento”



*Horácio Simão
Director Geral do GPECI*

A ONU-WIDE, instituição das Nações Unidas especializada na realização de estudos económicos promoveu de 5 a 6 de Julho de 2017, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, uma conferência subordinada ao tema “Economia Pública para o Desenvolvimento”. O evento que foi marcado pela apresentação dos resultados de pesquisas de matérias relevantes para as administrações tributárias africanas, contou com participação de cinco quadros da AT.

A conferência que foi organizada pela Universidade das Nações Unidas UNU-WIDER

em parceria com a Embaixada da Finlândia em Moçambique, envolveu a Direcção de Estudos Económicos e Financeiros no Ministério da Economia e Finanças de Moçambique e a Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, sendo que a AT presidiu dois painéis, um sobre Tributação de Empresas, pelo Director Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, Horácio Simão, e outro, sobre Tributação do Sector Informal, pelo Director Geral de Impostos, Augusto Tacarindua.

À margem da Conferência, o Director Geral da UNU-WIDER manteve encontro com a Presidente

da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia nakhare, tendo sido acordado a importância de cooperação institucional na área de estudos tributários.

Ainda no contexto da Conferência acima referida, a Presidente da Autoridade Tributária, fez apresentação do tema “Mobilização de Receitas Domésticas Atraves da Tributação em Moçambique”. (vide na página 4). REDACÇÃO. 🌱

Organizada pela Embaixada da Finlândia

Presidente da AT no Seminário sobre Fiscalidade e Desenvolvimento

Por: Fenias Zimba



A Presidente da Autoridade Tributária, Amélia Nakhare, a par do Jukka Pirttila da UNU-WIDER foram os oradores principais do primeiro painel do Seminário sobre “Fiscalidade e Desenvolvimento: relevância da experiência finlandesa na perspectiva de Moçambique”, que decorreu na passada sexta-feira, 7 de Julho, no Centro de Conferência Joaquim Chissano, em Maputo.

O Seminário, que foi organizado no âmbito das celebrações dos 100 anos da independência da Finlândia, e dos 40 anos de cooperação entre

Moçambique e aquele país Nórdico, tinha como objectivo discutir as interligações entre tributação, transparência do financiamento público, prestação de serviços e a evolução do contrato social entre o Estado e os seus cidadãos, bem como explorar os caminhos para o fortalecimento do sistema tributário em Moçambique, tendo como base a experiência Finlandesa.

A Presidente da Autoridade Tributária, na qualidade de oradora, apresentou o tema: **Mobilização de receitas domésticas através da Tributação em Moçambique**, como uma

das convidadas de honra. Numa exibição clara de segurança e domínio sobre o tema, foi viajando, levando consigo os presentes, explicando-os sobre a génese da AT, a Classificação dos Impostos Nacionais, bem como as acções da instituição que dirige, no que cerne ao melhoramento do Sistema Tributário Moçambicano.

No que concerne aos desafios para o incremento anual da cobrança da Receita do Estado, Nakhare explicou que a AT tem em vista várias acções, desde a modernização dos sistemas, aprimoramento dos sistemas tecnológicos e das



Amélia Nakhare

Presidente da Autoridade Tributária

máquinas fiscais, formação do pessoal entre outras. Ainda sobre os desafios da instituição que dirige, afirmou que, no âmbito da Gestão das Receitas Próprias e Consignadas, a AT fez uma reflexão na qual concluiu haver necessidade de monitorar a gestão, destas receitas, de modo a melhorar a sua eficiência e trazer maiores retornos aos cofres de Estados.


Num outro desenvolvimento, Amélia Nakhare, abordou a questão dos Acordos Fiscais e da Elisão

Fiscal, afirmando que, para reverter essa situação, estão em curso acções com vista a revisão destes acordos e a inclusão dos elementos que conferem maior capacidade de arrecadação de receitas, evitando deste modo a dupla tributação.

Por sua vez, Jukka Pirttila, na sua apresentação, fez uma radiografia daquilo que é o sistema tributário dos Países Nórdicos, levantando os pontos positivos do sistema tributário daqueles países. Na sequência, apontou como ponto fulcral,

a necessidade de se consolidar a base tributária, como também, de se ter um sistema tributário eficiente, onde a componente social não deve ser ignorada.

Pirttila afirmou que, da realidade que traz dos países nórdicos, de longe se compara com a realidade moçambicana, visto que a Filandia é um país altamente alfabetizado, com uma dimensão geográfica pequena e uma população bastante homogênea, o que significa que Moçambique não deve apenas importar o modelo finlandês, mas sim avaliá-lo numa projecção de médio a longo prazo, para assegurar que efectivamente os moçambicanos percebam que só pagando o imposto asseguram o desenvolvimento deste País. De referir que, este seminário contou com a presença da embaixadora da Finlândia em Moçambique, Laura Torvinen, que na sua intervenção referiu que Moçambique deve avançar para o sistema tributário eficiente e transparente, baseado na confiança entre os cidadãos e estado moçambicano.

Laura Torvinem terminou alertando que a mobilização de recursos internos é o maior sustentáculo para o desenvolvimento de qualquer País. 



Para delinear estratégias da incrementação de receitas

Direcção Geral de Impostos reúne-se em Moamba

Por: Fenias Zimba



Com o objectivo de debater mecanismos de melhoria dos níveis de cobrança de impostos internos, a Direcção Geral de Impostos (DGI), esteve reunida nos dias 6 e 7 de Julho corrente, no Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários, no Distrito de Moamba, Província de Maputo. O encontro que teve o condão de juntar na mesma sala diversos quadros daquela Direcção Geral da AT, a nível nacional, serviu também para fazer o balanço do 1º Semestre de 2017, bem como prespectivar as acções a levar a cabo nos derradeiros meses do presente ano.

A presidente da Autoridade Tributária, dirigindo-

se aos presentes, no acto da abertura, enalteceu a iniciativa desta direcção, sob o comando de Augusto Tacarindua, em reunir o seu colectivo para junto reflectir sobre os desafios que se colocam à instituição, para com a economia moçambicana, na componente de aumento da capacidade de financiar a sua despesa, bem como o seu desenvolvimento.

Nakhare reconheceu que a DGI é uma máquina bastante complexa, em termos de processo e complexidade do trabalho por si desenvolvido que passa, não só pela colecta de receita, mas também, por assegurar que a cobrança da mesma



Amélia Nakhare
Presidente da Autoridade Tributária

seja legítima e seguindo os detâmes legais.

A dirigente máxima da AT foi mais longe ao afirmar que, a reunião ora organizado pela DGI, é de extrema importância, não só para a Autoridade Tributária, como também, para Moçambique como um todo, visto que esta direcção contribui para a receita total do Estado, em cerca de 70% de receitas.

Outrossim, Amélia Nakhare aplaudiu o trabalho que os funcionários afectos a esta direcção tem realizado, ao longo de todo o País, com vista a recuperar e melhorar os níveis de realização que tem se verificado. Porém, avançou que nas visitas que tem efectuado às províncias, notou que existe uma heterogeniedade em termos de funcionamento das delegações Provinciais, Direcções das Áreas Fiscais e Postos Fiscais o que, no seu entender, não se justifica, porque o nível de limitação em termos de recursos é igual para toda instituição, em toda extensão do país.

A terminar, Nakhare afirmou que ao apreciar os resultados do 1º Semestre, é notório que a DGI

cumpriu o estipulado em 100%, cobrando cerca 64 Mil Milhões de Meticais, porém, alertou que este não deve ser momento de festejar, pois para 2º Semestre existe uma carga muito grande na ordem dos 76 Mil Milhões por cobrar. *“Que este encontro não seja meramente político, mas sim que sirva de pretexto para traçar estratégias de como assegurar a continuidade do cumprimento das metas, troca de conhecimento e experiência, em como fazer melhor esta operação, como poderão transmitir aos seus colegas para que possam capitalizar o conhecimento e melhorar a sua actuação”.* Recomendou Por sua vez, o Director Geral dos Impostos, Augusto Tacarindua, reiterou que, a direcção por si dirigida, tudo fará para continuar a fazer a monitoria do comportamento do contribuinte, no que tange aos prazos de cobrança e no que diz respeito ao pagamento de IRPS, IRPC, as retenções na fonte, a verificação dos processos dos contribuintes, por forma a detectar quaisquer falhas e orientar para a devida correcção.

Tacarindua explicou que para a DGI, a meta não se resume nos números estabelecidos na



Augusto Tacarindua
Director Geral de Impostos

planificação, mas sim nas necessidades do País, como um todo, obrigando a Direcção a superar-se cada vez mais, com vista a contribuir para a melhoria da vida de cada moçambicano.

De referir que, neste encontro de dois dias, estiveram em debate, dentre vários assuntos, o papel dos directores das Unidades de Cobrança, estratégias de atribuição do NUIT, processo de pagamento das dívidas tributárias, pagamento em prestação das dívidas tributárias.🌿



Em Quelimane**AT capacita cerca de 70 funcionários do conselho municipal em matérias de selagem de tabaco e bebidas alcoólicas***Por: Pio Cassicasse*

Decorreu, em duas fases, a capacitação de funcionários do Conselho Municipal de Quelimane, no âmbito do processo de Selagem Obrigatória de Tabaco Manufacturado e de Bebidas Alcoólicas, em curso em todo o país. A acção tinha como meta potenciar aqueles funcionários de conhecimentos básicos sobre os ditames dos dispositivos que advogam o processo em curso, bem como transmitir a necessidade da sua colaboração para os actos subsequentes no diz respeito às fiscalizações.


Estiveram presentes numa primeira fase, os funcionários da Vereação Municipal de Polícia e Fiscalizações, dentre eles o Vereador para a Polícia, o Director das Fiscalizações, o Comandante,

o Chefe das Operações da polícia municipal e demais agentes da polícia.

Na segunda fase, estiveram presentes o Vereador das Actividades Económicas, Feiras e Mercados, fiscais e cobradores de todos os mercados municipais da Cidade de Quelimane e demais funcionários da Vereação municipal das Actividades Económicas, Feiras e Mercados.

Após um árduo debates, os formandos mostraram-se satisfeitos por se contar com eles (Município) como parceiro e actores válidos para os trabalhos da nação, e se predispuseram a apoiar a AT em tudo o que for necessário para o sucesso deste processo, estando em prontidão e aguardando orientações

da AT para os procedimentos subsequentes.

A AT-Zambézia enalteceu e considerou a predisposição dos policiais e agentes municipais, um ganho, uma vez que com a colaboração dos fiscais e cobradores poder-se-á atingir locais de difícil acesso. 



Região Norte declara tolerância zero ao tabaco não selado

Alfândega apreende mais de 4000 volumes de cigarros na Província de Niassa



Depois da Autoridade Tributária de Moçambique, ter vindo ao público, anunciar, no dia 01 de Julho corrente, o fim do período de graça para circulação e comercialização dos cigarros sem selo de controlo fiscal, em todo o território nacional e, ao mesmo tempo anunciar o início das acções de fiscalização à selagem, através de realização de roashows e outras manifestações desportivas e culturais, em todas as capitais provinciais do país, enormes

quantidades de tabaco não selado têm vindo a ser apreendidas, diariamente, um pouco por todo o país.

A medida, que visa acabar com o actual nível de contrabando de tabaco (e bebidas alcoólicas) em Moçambique, esta a ser implementada a luz do Diploma Ministerial nº59/2016, de 14 de Setembro, que aprova o Regulamento de Selagem

de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado em Moçambique, que por sua vez interdita nessa fase a produção, importação, distribuição e a comercialização no geral de charutos, cigarrilhas e cigarros de tabaco e seus sucedâneos, no território moçambicano.

Informações facultadas pelo Coordenador Regional Norte para área de selagem na

Autoridade Tributária de Moçambique, Haydn Castelo David, demonstram que a fiscalização à selagem, na região norte, declarou tolerância zero aos produtos não selados que ainda existam no mercado.

Como corolário desta medida, mais de 4000 volumes de cigarros (sendo que cada volume contém 20 maços), de diversas marcas, foram apreendidos até o dia 5 de Julho corrente na Província de Niassa.

Falando a Folha da AT, o Coordenador Norte explicou que *“Foi dado tempo suficiente aos operadores, que ainda detinham produto não selado, para requererem a sua selagem junto à Autoridade Tributária Moçambique, seja a nível da sede ou à partir das suas representações provinciais. Findo o prazo para solicitar a selagem extraordinária, agora é o momento de se fiscalizar o mercado e retirar do mercado todo o produto não selado, pois a luz da lei passa a ser proibido a posse, a venda ou compra ou a circulação de tabaco não selado em qualquer ponto de Moçambique”*.

Segundo a nossa fonte, muitos operadores aderiram ao processo de acordo com o respectivo regulamento, tendo estes solicitados a devida selagem dos seus produtos, mas outros tantos, simplesmente, não deram a devida importância ao assunto.

A par da Província de Niassa, a região norte do país

registou também apreensões em Cabo Delgado na ordem de 668 maços de cigarros, 15 pacotes de cigarrilhas, e mais 231 maços de cigarros e 103 charutos, das mais variadas marcas.

As mercadorias apreendidas até o momento são resultado da fiscalização à selagem nos restaurantes, bares, mercados, supermercados, lojas de conveniência nas bombas de combustível e aeroportos, empresas distribuidoras e outros lugares.

“A fiscalização decorre dentro do previsto, tanto é que, um pouco por todo o país, diversas quantidades de tabaco não selado, têm sido diariamente apreendidas. Para garantir que o mercado esteja satisfatoriamente livre de produtos ilícitos, vamos continuar com a fiscalização até as zonas mais recondidas”, sublinhou a fonte da AT.

Por outro lado, Haydn C. David, manifestando o seu optimismo com o processo, disse que já existem, no mercado, quantidades bastante significativas de produtos devidamente selados, o que significa que os produtores e os importadores de tais produtos, bem como toda a cadeia de circulação, estão a entrar em conformidade com a lei, e quando é assim todos saem a ganhar, tanto os que vendem, como os que o compram e principalmente o Estado moçambicano. *“Portanto, já é comum ver um vededor ambulante a vender cigarros devidamente selados, e isso é ótimo. A*

fiscalização à selagem é um dever de todos, pois desta forma estaremos a contribuir, em última instância, para o bem comum do país”, acrescentou David.

Selagem extraordinária de bebidas alcoólicas expira a 17 de Julho

Num outro desenvolvimento, o Coordenador Regional Norte para Área de Selagem, deixou uma mensagem aos comerciantes de bebidas alcoólicas. *“Aqueles operadores económicos que até o próximo dia 16 de Julho do ano em curso, detenham bebidas alcoólicas como são os casos de vinhos de uvas, aguardentes, licores, uísques, e outras bebidas espirituosas, devem solicitar a selagem das suas bebidas, pois a partir do dia 17 de Julho, a fiscalização vai abranger as tais bebidas. Não deixem as coisas para última hora, solicitem agora a selagem e evitem ter as vossas mercadorias apreendidas”*.

Questionado se a medida não abrange as cervejas, a nossa fonte explica que *“nessa fase, não. A selagem ds cervejas, excluindo as de produção nacional, e das RTDs (que significa Read to Drink, ou Pronto a Beber, em portugues) estão previstas, de acordo com o respectivo calendário, para o 17 de Novembro do ano em curso”*, esclareceu. REDACÇÃO





Na Zambézia

AT apreende cerca de 270 caixas de cigarros

Por: Pio Cassicasse



Viatura usada que continha cigarros apreendidos


No âmbito da interdição da circulação e comercialização de tabaco manufacturado no País, que teve o seu início a 01 de Julho de 2017, em todo território nacional, a AT apreendeu, no Posto Fiscal de Nicoadala, na Província da Zambézia, 267 caixas de tabaco manufacturado, o equivalente a 133.500 maços de cigarros não selados, que tinham como destino a Província de Nampula.

Aquando da apreensão, o transportador informou que levava de volta aqueles cigarros para, supostamente, ser devolvido à fabrica e/ou armazém em Nampula, para que este fosse selado.

Isto ocorre quando já passavam três dias depois do início da proibição da circulação, posse ou venda de tabaco manufacturado sem selo de controlo fiscal, uma medida que está a ser implementada ao abrigo da lei e demais legislação aplicável, concretamente o Diploma Ministerial 59/2016 de 14 de Setembro, que aprova o Regulamento de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado.

Falando à imprensa sobre esta apreensão, o Delegado Provincial da AT na Zambézia, Herculano Cintura, disse que a fiscalização já era um facto a observar e que as acções seriam intensificadas em

todos os postos fiscais e de controlo na Província. Por outro lado, deu mérito aos colegas que não tiveram complacência na aplicação da lei.

Cintura, numa outra abordagem, fez saber que com aquele tabaco manufacturado apreendido sem selos fiscais, o Estado deixou colectar cerca de 787.650,00Mts de receitas fiscais, que resultariam do Imposto sobre o Consumo Específico, e precisou também que a apreensão já segue os seus trâmites legais, à luz da Lei, por se considerar uma infracção tributária punível nos termos da legislação fiscal e aduaneira vigente. 

Passados os primeiros 10 dias de interdição

Resultados são animadores - afirmam os coordenadores regionais

Por: Ricardo Nhantumbo



Passam sensivelmente 10 dias da entrada em vigor da interdição de circulação e comercialização de produtos de tabaco manufacturado no país e importado, sem selo fiscal. A reportagem da Folha da AT tem acompanhado atentamente o árduo trabalho de fiscalização levado à cabo, em todo o país, com destaque para a região sul que, por sua localização geográfica e estatuto económico, tende a ser o destino preferencial e/ou principal corredor destes produtos, apetecíveis nos meandros do comércio.

De um modo geral, a fiscalização decorre a um bom ritmo, considerando que de 1 de Julho à esta data, não se registou objectivamente algo que perturbe o decurso normal deste processo. Para medir o pulsar e a sensibilidade das acções de fiscalização, a Folha da AT contactou os

coordenadores regionais do processo de selagem, no sul, centro e norte, Rogério Machava, Casimiro Mabota e Haydn Castelo David, respectivamente, que foram unânimes em afirmar que, a curto e médio prazo, o país pode registar nível zero de produtos de tabaco não selado.

Rogério Machava, ao se pronunciar sobre o processo de selagem, precisou recuar e relembrar que o mesmo teve seu início a 17 de Março, com a interdição de produção e importação de tabaco manufacturado, isto é, cigarros, cigarrilhas e charuto.

Machava, explicou ainda, que o processo de interdição ora em curso, foi antecedido por uma fase transitória, que decorreu até 30 de Junho, o mesmo consistiu na regularização dos stocks



Rogério Machava
Coordenador Regional Sul do Processo de Selagem

que se encontravam nos armazéns. "Uma vez terminado esse período, estamos no terreno para aferir se efectivamente os agentes económicos estão a cumprir com a Lei, afinal de contas selar

não é uma questão da AT, mas sim é em obediência ao comando legal que impõe que assim seja”, considerou.

“Devo dizer que infelizmente registamos algumas apreensões, digo assim porque não é intenção da nossa instituição recolher mercadorias de pessoas. Quem nos dera que todas as pessoas tivessem selado seus produtos, que nós não encontrássemos nenhum maço, repito, mas nenhum maço, não selado. O que fazemos é passar a mensagem que estas mercadorias devem circular no mercado com selo, por isso fazemos estas fiscalizações, nem que seja para retirar um maço”, rematou Machava.

De seguida, o Coordenador Sul, disse que “tendo em conta o volume da mercadoria encontrada desde 01 de Julho corrente, somos da opinião, de que as mercadorias que encontramos são meramente residuais, não tanto para nos assustar, visto que as pessoas, gradualmente estão a cumprir com a Lei”.



Casimiro Mabota
Coordenador Regional Centro do Processo de Selagem

Por seu turno, Casimiro Mabota, Coordenador na região centro, disse que “em termos gerais, não estamos a viver situações de incumprimento, apesar de registarmos aqui e acolá, situações de apreensão de alguns maços de cigarros em circulação e a venda a retalho. Julgamos que as mercadorias encontradas em circulação, no concreto no Posto Fiscal de Nicuadala na província de Zambézia e em Chitima, distrito de Cabora Bassa, em Tete, constituem casos isolados de tentativa de colocar estas mercadorias não seladas, em locais que os donos julgavam que hipoteticamente, a fiscalização chegaria um pouco tarde, depois de serem despachadas. No entanto, asseguramos estamos em alerta e vigilantes”.

Em jeito de fecho, a nossa fonte foi peremptória em afirmar que “no que se refere ao processo de selagem de tabaco, na região centro do país, estamos dentro dos carris, isto é, estamos satisfeitos com o comportamento dos comerciantes”.



Haydn Castel David
Coordenador Regional Norte do Processo de Selagem

Para o mesmo efeito, procuramos ouvir a sensibilidade do Coordenador Regional Norte, Haydn Castelo David, ao que nos disse que o processo está a correr normalmente, mesmo reconhecendo que tal não se figura tarefa fácil, tendo em conta a extensão territorial da sua região, bem como algumas situações relacionadas com a logística. “Estamos a trabalhar. As equipas estão no terreno. Do nosso trabalho conseguimos pôr fora do circuito comercial mais de 43 mil maços de cigarros sem selo. Constatamos que alguns operadores comerciais, sobretudo do sector urbano, alegam não ter informação completa sobre a selagem. Achamos que temos que intensificar a componente de comunicação, no sentido de que ela deve ser mais ampla e profunda”.

Ainda na sua explanação, Haydn revelou-nos aquilo que considerou de curioso, o facto de ser quase impossível encontrar vendedores ambulantes com maços de cigarros não selados, contrariando alguma tendência de alguns estabelecimentos comerciais, onde ainda é possível encontrar estes produtos sem selo. Contudo, a nossa fonte é de opinião que, brevemente, a região norte, a semelhança de outros pontos do país, será livre de produtos de tabaco não selados.

CARO CIDADÃO

COMPRE PRODUTOS DE TABACO COM SELO DE CONTROLO FISCAL
A PARTIR DO DIA 16 DE JULHO SERÁ INTERDITA A CIRCULAÇÃO DE
BEBIDAS ALCOÓLICAS (VINHOS E ESPIRITUOSAS) SEM SELO DE
CONTROLO FISCAL

SABIAS QUE

SERÁ PROIBIDA

**A CIRCULAÇÃO DE
BEBIDAS ALCOÓLICAS**

**(VINHOS E ESPIRITUOSAS)
NACIONAIS E**

**IMPORTADAS SEM SELO
DE CONTROLO FISCAL,**

A PARTIR DO DIA

16 DE JULHO '17?

**PARA MAIS INFORMAÇÕES
DIRIJA-SE ÀS UNIDADES ORGÂNICAS DA
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA MAIS PRÓXIMAS!**



EU SOU FISCAL, NÃO AO CONTRABANDO!